

GOVERNO

À procura do vetor da mudança

Executivo busca um parlamentar que aceite apresentar uma emenda alterando a meta fiscal para 0,5% do PIB em 2024

» ALINE BRITO
» EDLA LULA

Vinicius Loures/Agência Câmara

O governo vai abandonar a meta de déficit zero para 2024. Segundo informações confirmadas, ontem, pelo **Correio**, uma emenda ao Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), alterando a meta fiscal para 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), deve ser apresentada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) nas próximas semanas.

A estratégia para a alteração, a princípio, seria a seguinte: um parlamentar de confiança do Palácio do Planalto proporia a emenda alterando a meta para 0,5% do PIB. Só que há a indefinição sobre quem seria o agente causador do rompimento daquilo defendido pela equipe econômica, sem contar os ruídos que isso poderia trazer para o governo. Porém, há dois bônus nessa manobra: dá a impressão de que o Executivo não a arquitetou e poupa o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de desgaste.

A meta de zerar o déficit foi incluída pelo governo no PLDO, com uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para superávit ou para déficit. Entretanto, o governo vem sendo pressionado para elevar essa meta para meio ponto, com as mesmas margens de tolerância. Apesar de ser tratada como certa a revisão do déficit zero



Forte apresenta o relatório do PLDO na terça-feira. Mas, na segunda, conversa com o governo, quando pode sair a fórmula para o aumento da meta

prometido por Haddad, a oficialização da nova meta é razão de impasse no governo. O relatório preliminar da LDO deve ser analisado pelo deputado Danilo Forte (União-CE) na próxima terça-feira, em reunião deliberativa da CMO. Mas, na segunda-feira, está

agendado uma reunião entre o parlamentar e assessores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois da deliberação sobre o relatório preliminar, a única forma de alterar a meta fiscal é por meio de emenda. Antes disso, existe a possibilidade de

substituir o déficit zero via mensagem modificativa, enviada pelo Palácio do Planalto ao Congresso. Essa estratégia é o caminho mais rápido para fazer a alteração — já que foi o governo que enviou a proposta da LDO ao Legislativo e poderia fazer a

mudança antes que o texto seja apresentado, na próxima semana. Isso vem sendo defendido pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Só que Haddad não quer enviar a mensagem corrigindo o déficit — e tem evitado comentar

o assunto porque defende que a meta seja mantida como está. Para isso, ele conta com a elevação da arrecadação por meio das propostas enviadas pelo governo, corrigindo distorções originadas em incentivos fiscais a vários setores. Acredita que isso será conseguido por meio da aprovação de matérias que estão para ser votadas no Congresso, como a Reforma Tributária.

Insistência

Por causa disso é que ele tem insistido junto a Lula para que, por enquanto, não abra mão do déficit zero. Segundo interlocutores da equipe econômica, Haddad considera que seja uma medida precipitada, que poderia causar mais turbulência desnecessária com o mercado — classificado pelo presidente como “voraz”.

O envio da modificativa também colocaria Haddad em posição desconfortável, uma vez que ele garante que o objetivo fiscal está sendo perseguido pela equipe econômica. Isso representa que tal alternativa não tem sido tratada como a primeira opção.

“Caso (a emenda) seja realmente apresentada, será dia 16”, afirmaram ao **Correio** fontes próximas ao relator da LDO, Danilo Forte, por sua vez, não quer ser o autor dessa alteração. A expectativa é que o PLDO, já com a nova meta, seja votado depois do dia 20.

Derrotas e assédio do Planalto minam o PL

O PL anunciou, ontem, mais um pré-candidato às eleições de 2024. Em evento com presença do ex-presidente Jair Bolsonaro, a deputada federal Rosana Valle (SP) foi apresentada como a aposta da legenda para a Prefeitura de Santos (SP). Ela se soma ao ex-ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, pré-candidato em João Pessoa, e ao deputado estadual Bruno Engler, em Belo Horizonte.

Mas os planos do presidente do partido, Valdemar Costa Neto, de tornar o PL um campeão em conquista de prefeituras — projetou vencer em aproximadamente 1,5 mil municípios —, está ruindo, na opinião de analistas políticos. E por duas razões principais: as inelegibilidades, decretadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, de Bolsonaro e Walter Braga Netto — que era visto como potencial candidato da legenda à Prefeitura do Rio de Janeiro — e a manobras do governo Lula para isolar os radicais da

extrema direita na bancada do PL na Câmara.

O general da reserva foi condenado pelo TSE por abuso de poder político nos atos do Bicentário da Independência em 2022 — era vice de Bolsonaro na chapa à reeleição. Com chances remotas de recuperar o direito de ser votado, Valdemar apresentou o deputado Alexandre Ramage (RJ) como substituto nas corridas. A indicação pareceu não ter agradado ao senador Flávio Bolsonaro (RJ), que também estava cotado para ser lançado na disputa.

Porém, contra Ramage pesa a acusação de ter tornado a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que presidiu de 2019 a 2022, um braço de Bolsonaro para bisbilhotar inimigos, críticos e adversários. Para isso foi utilizado o software First Line, desenvolvido por uma empresa israelense e capaz de rastrear sinais de celular.

Além dos problemas internos,

o Palácio do Planalto vem fazendo acenos para que setores do PL passem à órbita do governo. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu o Conselho Político de Coalizão, no Palácio do Planalto. Nesse grupo, estavam pelo menos oito presidentes de partidos, líderes e vice-líderes que apoiaram Bolsonaro em 2022. A estratégia é isolar o ex-presidente e voltar a derrotá-lo nas prefeituras.

Adesismo

No PL, um bom número de parlamentares tem votado com o governo. No final de maio, a legenda orientou que os deputados fossem contra a medida provisória que reestruturava os ministérios do governo Lula. Porém, sete deputados da sigla decidiram votar com o Planalto. Já na aprovação do projeto das offshore, 12 deputados fecharam com os governistas.

Outro episódio foi quando o PL determinou que os deputados votassem contra um destaque em um texto do Planalto que retomou o Programa de Aquisição de Alimentos — oito deputados acompanharam a base governista. Em agosto, a sigla orientou posição contrária a uma medida provisória do governo que concedia um reajuste salarial de 9% a servidores públicos federais. Dezesesseis parlamentares da sigla não seguiram a indicação.

Em setembro, o PL determinou uma obstrução a outra medida que abriria um crédito de R\$ 200 milhões para combater a gripe aviária. Sete decidiram apoiar a proposta do Executivo.

Alguns deputados do partido têm sido notados pelas vezes que votaram com o governo. Como João Carlos Bacelar (BA) e Júnior Lourenço (MA). Outro é Robinson Faria (RN), pai de Fabio Faria, ex-ministro das Comunicações no governo Bolsonaro.

A essa lista se soma Samuel Viana (MG).

Bacelar foi aliado do ex-governador da Bahia e atual ministro da Casa Civil, Rui Costa. Em maio, foi agraciado com uma indicação a um cargo de chefia na Superintendência do Patrimônio da União na Bahia.

Na campanha eleitoral do ano passado, Lourenço anunciou nas redes sociais que apoiaria Flávio Dino (PSB-MA) para o Senado — está licenciado para ocupar o posto de ministro da Justiça e Segurança Pública. Já Robinson, quando era filiado ao PSD, foi eleito governador do Rio Grande do Norte, em 2014, em uma coligação com o PT.

Samuel é filho do senador Carlos Viana (Podemos-MG), que foi candidato do PL ao governo mineiro. Mas se distanciou de Bolsonaro, em março, e se desfilou da sigla.

O líder do PL na Câmara, Altineu Cortes (RJ), não é visto como



O governo federal tem mais condições de fazer prefeituras, ainda mais se levamos em consideração os aliados que Lula tem feito, como Arthur Lira

André César, cientista político

um “radical” no Palácio. Na reunião do conselho, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, fez uma citação elogiosa à postura não só de Cortes, mas também do líder do PSD-DB, Adolfo Viana (BA). Disse que “mesmo não sendo da base, ajudamos no diálogo”. **(AB com a colaboração de Evandro Éboli e Agência Estado)**

» **Michelle, agora, é cidadã paulistana**

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro recebeu o título de cidadã paulistana, homenagem concedida pela Câmara Municipal de São Paulo. O decreto foi proposto em 2020. Os autores da proposta foram os vereadores Rinaldi Digilio (União Brasil) e Fernando Holiday (PL). Nas redes sociais, ela comemorou o placar da votação, de 37 x 18. “Os representantes da extrema-esquerda na Casa tinham a meta de impedir esse título, mas os nossos vereadores se guiam pela verdade e pela justiça!”, reagiu a ex-primeira-dama, que nasceu em Ceilândia. Em fevereiro, Michelle assumiu a presidência do PL Mulher e tem cumprido agendas em todo o país angariando novas filiações para a sigla. O partido tem apostado na popularidade da ex-primeira-dama — investigada no caso das joias sauditas, cuja suspeita da Polícia Federal é de que o ex-presidente Jair Bolsonaro coordenava um esquema de desvio e venda de presentes recebidos em agendas oficiais.

FUNCIONALISMO

Gleisi critica Campos Neto por apoio a servidores do BC

SNFBC/Divulgação

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), usou as suas redes sociais para criticar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por demonstrar apoio a um reajuste salarial para servidores da instituição. Na quarta-feira, ele compareceu a um ato reivindicatório realizado por servidores na frente da sede do BC, em Brasília. Os funcionários defendem reajustes salariais e reestruturação das carreiras, com a criação de um bônus de produtividade semelhante ao implementado para a Receita Federal no atual governo. Eles não descartam a possibilidade de entrar em greve geral em novembro.

No X (antigo Twitter), Gleisi ironizou: “Que tal o Roberto Campos Neto?! Cobrando meta fiscal do governo, mas quer aumento para os servidores do BC?!” O diretor de Política Monetária da instituição, Gabriel Galípulo, também tirou fotos com os funcionários e Campos Neto.

A declaração da presidente do PT faz referência a falas do



Campos Neto e Galípulo deram apoio aos servidores do BC, que reivindicam melhorias salariais

presidente do BC, no fim de setembro, em que defendeu que o governo precisa “persistir” para atingir a meta fiscal zero em 2024. “É importante persistir na meta. O caminho é esse e é isso

que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem pontuado. Mesmo que a meta não seja cumprida 100%, os agentes percebem esforço nessa direção”, afirmou.

O Ministério da Gestão e

Inovação em Serviços Públicos, chefiado pela ministra Esther Dweck, ainda não apresentou nenhuma contraproposta do governo para as reivindicações da categoria.

Inovação em Serviços Públicos, chefiado pela ministra Esther Dweck, ainda não apresentou nenhuma contraproposta do governo para as reivindicações da categoria.